



A ORDEM DO DIA E O SISTEMA DE TROCAS – OS ATOS DE FALA NO DEBATE PARLAMENTAR

Maria Lílian de Medeiros Yared
Paola Daniela Bakker*

Resumo: O presente estudo tem o objetivo de realizar uma análise linguístico-discursiva dos atos de fala presentes nas manifestações dos Parlamentares, especialmente no período da sessão denominado Ordem do Dia, incluídas aí as trocas conversacionais. Temos como base teórica a Linguística Sistêmico-Funcional, de Halliday – especificamente o Sistema de Troca da Linguagem –, a teoria dialógica de Bakhtin e o sistema estrutural conversacional proposto por Martin e Rose. Este estudo faz parte de uma pesquisa maior a respeito das alternâncias discursivas frente a alternâncias de poder, objeto de estudo do Grupo de Pesquisa da Câmara dos Deputados, formado pelas presentes autoras e mais três pesquisadores. Como resultados preliminares do presente estudo, podemos dizer que as restrições sociais e institucionais ao uso da palavra na ordem do discurso da prática social do Parlamento nem sempre impedem a realização de atos de fala que escapam ao controle regimental, o que indica necessariamente a ratificação da constante necessidade de negociação em cada momento da sessão, seja para prolongar o uso da palavra, seja para discordar de pedidos, seja para usar o tempo de fala para um ato discursivo inesperado.

Palavras-chave: Discurso Político. Metafunção Interpessoal. Funções de Fala.

Abstract: The main purpose of this paper is to conduct a linguistic discourse analysis of the speech acts used by the members of the House of Representatives, including the conversation exchanges occurred during debates in plenary sittings, the so-called Ordem do Dia. The theoretical foundations comprise Halliday's Systemic-Functional Linguistics, particularly the language exchange system, Bakhtin's Dialogism and the conversational system proposed by Martin and Rose. This study is part of a research on changes of discourse in terms of alternation

* Maria Lílian de Medeiros Yared, Doutoranda na UnB e Analista Legislativo da Câmara dos Deputados. Área de atuação: Discursos, Representações Sociais e Textos. PPGL - UNB - Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Pesquisadora do grupo de pesquisa da Câmara dos Deputados e pesquisadora de grupo de pesquisa da Universidade de Brasília na área de Linguística Sistêmico-Funcional.
Paola Daniela Bakker, Analista Legislativo da Câmara dos Deputados, pesquisadora do grupo de pesquisa da Câmara dos Deputados, com estudos direcionados para a análise discursiva.

of power, which is the object of the Research Group of the House of Representatives, composed by the authors of this paper and three other researchers. Preliminary results show that the institutional and social constraints in the social practice of discourse in the Parliament does not always prevent the realization of speech acts that escape the protocol, which necessarily confirms the constant need for negotiation at any time of the plenary proceedings, whether to extend the speaking time, to disagree with requests or to use the speaking time for an unexpected discursive act.

Keywords: Political Discourse. Interpersonal Metafunction. Speech Acts.

1 Introdução - A Paisagem das Interações

As análises discursivas no Parlamento remontam à obra de Aristóteles (especialmente a **Retórica e a Política**) e aos discursos e textos de Cícero, orador romano do período clássico que desenvolveu a oratória moderna, especialmente com a sua obra **Catilinárias**, cujos discursos versavam sobre um político traidor de Roma, conhecido como Catilina. Na obra **Retórica**, Aristóteles preocupou-se em discorrer sobre o poder do discurso (*logos*) e a natureza política do homem: ele fez uma conexão entre a política e o discurso, mostrando que o discurso serve para indicar o que é bom e o que é ruim, justo ou injusto. O discurso deliberativo tem o objetivo de convencer as pessoas a agirem segundo determinada maneira, de acordo com fatos passados, analisando o que é bom e o que é ruim para a sociedade. Assim, a linguagem, que permite a materialização do discurso, está inextricavelmente ligada à prática política. Podemos estudar o discurso político também por meio de suas realizações e instancializações linguísticas, por meio de seus atos, que são verdadeiramente atos de fala, com suas funções. Chaïm Perelman modernamente, no século XX, retomou as contribuições de Aristóteles, desenvolvendo o conceito de auditório, termo mais abstrato que indica uma função direcionadora do discurso argumentativo. Afirma Perelman, em relação aos atos de fala dirigidos a um auditório: “Cada orador pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o **auditório** ao qual se dirigem os seus discursos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA. 2005, p. 22).

De acordo com Halliday, linguista funcionalista, há quatro funções primárias de fala: **oferta, comando, afirmação e pergunta**. Quando realizamos um enunciado comunicativo, nosso ato de fala será necessariamente instanciado em um desses quatro tipos. Se quisermos dar alguma coisa a alguém, podemos fazê-lo verbalmente ou não; se quisermos dar uma ordem, podemos realizar o comando por meio do uso do modo imperativo ou de uma forma mais suave, como o futuro do pretérito. A **oferta e o comando** realizam uma **troca de bens e serviços**. Se quisermos obter uma informação, perguntamos; se queremos dar uma informação, afirmamos. A **afirmação** e a **pergunta** compõem o subsistema de troca de informação. O comando, por ser

uma troca bastante sensível, é o ato de fala que mais exige negociação; portanto, são os comandos que mais dão margem à construção da metáfora gramatical específica do comando, ou seja, uma forma de expressão **não congruente** de realizar o comando, o pedido, a ordem. Vejam esse trecho discursivo de um orador bastante afeto ao uso de metáforas de modo: “(...) **imagino que nós poderíamos pegar** a Lei nº 4.504, a Lei nº 12.034, que são as leis eleitorais e acabar com o mundo de vedações que existem ali, como a própria propaganda eleitoral” (grifo nosso). Vejam que um **comando** (‘Acabemos com o mundo de vedações da Lei nº 4.504 e da Lei 12.034.’) é realizado com bastante modalização (verbo “imaginar”, que realiza habitualmente um processo mental, e verbo “poder” no futuro do subjuntivo). O verbo “imaginar”, nesta unidade comunicativa, não está realizando um processo mental, mas metaforicamente serve para projetar um pedido (“que nós poderíamos pegar”) que também está sendo realizado de um modo metafórico, com um processo que indica possibilidade física.

Nosso estudo vai observar também os tipos não convergentes de comando realizados no período da Ordem do Dia. Essas realizações linguísticas não convergentes de comandos são conhecidas como **metáforas interpessoais de modo**. Essas metáforas de modo referem-se à metafunção interpessoal da linguagem, cuja configuração de recursos se expressa por meio do chamado sistema de troca. É plausível afirmar que a metafunção interpessoal é aquela que mais se afasta da possibilidade de estudos gramaticais muito estruturados e rigidamente teorizados, uma vez que ela envolve sobretudo a noção de comunicação, que tem como unidade básica não necessariamente uma oração completa, mas uma unidade comunicativa.

O linguista Bakhtin já dizia que confundir unidades gramaticais com unidades comunicativas poderia trazer problemas teóricos e metodológicos para o estudo de qualquer língua (BAKHTIN, 2011). Bakhtin também estabeleceu e teorizou exaustivamente a natureza dialógica de qualquer texto, pertencente aos mais diversos gêneros. Na conversação, a alternância dos sujeitos no discurso é mais evidente do que em um discurso parlamentar, embora possamos ver essa alternância no discurso parlamentar quando o orador faz perguntas, de forma direta ou não, e responde a si próprio — Bakhtin afirma que a representação dialógica caracteriza o gênero retórico. Mesmo assim, de forma mais explícita ou não, todo texto é intrinsecamente dialógico. Segundo Bakhtin,

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar (BAKHTIN, 1988, p. 88).

O conceito de polifonia, contribuição bakhtiniana à Teoria Literária e à Análise do Discurso também pode ser usado para nos aproximarmos da realidade do discurso parlamentar,

no qual podemos encontrar várias vozes: a “voz das ruas”, a “voz dos ambientalistas”, a “voz dos trabalhadores”. Quando o orador/locutor deseja persuadir e agir sobre determinada causa, ele pode apropriar-se, em seu discurso, de outras vozes, perfazendo uma ‘partitura textual’, que, graças aos comandos do ‘maestro’ (orador), pode atingir seus fins, persuadindo e provocando a ação: este efeito é perlocucionário.

A natureza do período da sessão plenária conhecido como Ordem do Dia é indubitavelmente dialógica. A própria ordem do discurso da prática social do Parlamento, sujeita a restrições sociais de conduta, como toda prática social, é constituída com a previsão de diálogos (vejam as formas previamente estabelecidas de “pedir a palavra” na Ordem do Dia como “pela ordem”, “para uma questão de ordem”, etc.). Em outras etapas da sessão plenária no Parlamento brasileiro, pode-se negociar a tomada de turno (pedir a palavra) pelo aparte, prática parlamentar que prevê a inserção improvisada de “outra voz” no discurso do orador, inserção essa que fica fazendo parte do discurso na redação final.

2 Bakhtin e as Réplicas no Diálogo, Martin e os Pares Adjacentes – Teorias que se Complementam

A maioria dos estudos teóricos sobre o diálogo, sobre a conversação e sobre a troca discursiva baseia-se nas teorias de Bakhtin a respeito da dialogicidade e das interferências de várias vozes em um mesmo texto, que, graças à teórica e filósofa da linguagem, Kristeva, ganhou o nome de intertextualidade. Em relação às trocas de fala em uma conversação e em relação às alternâncias do sujeito do discurso, diz Bakhtin:

Observamos essa alternância dos sujeitos do discurso de modo mais simples e evidente no diálogo real, em que se alternam as enunciações dos interlocutores (parceiros do diálogo), aqui denominadas réplicas. Por sua precisão e simplicidade, o diálogo é a forma clássica de comunicação discursiva. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva. Essa conclusibilidade específica do enunciado será objeto de nosso exame posterior (trata-se de um dos traços fundamentais do enunciado). Ao mesmo tempo, as réplicas são interligadas. Mas aquelas relações que existem entre as réplicas do diálogo – as relações de pergunta-resposta, afirmação-objeção, afirmação-concordância, proposta-aceitação, ordem-execução, etc. – são impossíveis entre unidades da língua (palavra e orações), que no sistema da língua (no corte vertical), quer no interior do enunciado (no corte horizontal) (BAKHTIN, 2011, p. 275).

Os diálogos parlamentares ocorridos na ordem do dia não são completamente “espontâneos”, mas obedecem a uma ritualística, formada pela evolução social de possibilidades de relações entre as réplicas, porque a forma do diálogo constituiu-se socialmente e foi formada ao longo da história cultural de nossa sociedade. O Regimento Interno ritualizou, em forma de tipos de intervenção parlamentar, a prática do diálogo, que é muito antiga em qualquer sociedade. O Parlamento, assim, reafirma-se como o lugar de trocas e de negociações, também no seu sentido discursivo.

A negociação diz respeito à interação entre os falantes na conversação. Segundo Martin e Rose cada manifestação de ato de fala – **afirmação, pergunta, oferta ou comando** – posiciona as pessoas a responder por meio, respectivamente, de **reconhecimento, resposta, aceitação e anuência**. Esses movimentos tendem a vir em pares, os chamados “pares adjacentes”. Para cada ato de fala, há outro correspondente. (MARTIN; ROSE, 2001, p. 223) Pode-se concordar ou não com uma afirmação; responder ou não a uma pergunta; aceitar ou não uma oferta; obedecer ou não a um comando. E essas respostas podem ser realizadas verbalmente ou não.

3 As Negociações Conversacionais nos Debates Parlamentares – Metodologia e Análise

No presente estudo, recolhemos exemplos reais dos debates Parlamentares, retirados do Banco de Discursos da Câmara dos Deputados, do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Utilizamos os campos de pesquisa básicos do banco, como **assunto e fase da sessão**, para realizar a pesquisa e escolher os trechos das manifestações no plenário. Optamos por ilustrar cada trecho teórico com os exemplos reais, porque acreditamos que esse é o método ideal para o entendimento da teoria e da análise. A cada passo teórico, mostramos os exemplos da prática do dia a dia parlamentar. Assim, obtemos uma teorização alinhada a uma prática, o que pode fortalecer a nossa compreensão tanto da teoria quanto da prática social relativa aos debates parlamentares.

Conseguimos colher exemplos dos mais diversos oradores, pertencentes aos mais diversos partidos, e optamos por não identificar o orador, uma vez que o objetivo deste estudo não é uma abordagem a respeito do estilo ou da identidade política do orador, mas, sim, da natureza dialógica nos debates parlamentares. Portanto, o ponto de vista aqui adotado está situado na interface da linguagem com a sociedade, com as práticas sociais e com a ordem do discurso, e não com traços linguísticos específicos da oratória parlamentar.

Nos discursos parlamentares, há momentos em que a conversação não se desenvolve (por exemplo: durante as fases do Pequeno Expediente, Comunicações Parlamentares e Grande Expediente). Essencialmente, não há interação explícita, e os Deputados não recebem respostas imediatas aos seus argumentos, a não ser que sejam feitos apartes. Mas, durante a Ordem do Dia, as trocas conversacionais são comuns, e a negociação entre os interlocutores pode acontecer.

No exemplo abaixo, temos um trecho de um discurso realizado durante o Grande Expediente. O orador segue desenvolvendo seu texto e expondo seus argumentos, e não espera obter uma resposta imediata:

ORADOR A – O PROUNI é importante para a melhoria da qualidade de ensino das universidades privadas. (...). Investir em educação é fundamental. Nenhum país cresce, desenvolve-se, traz qualidade de vida para sua população se não investir em ciência, tecnologia e educação.

A situação muda quando o orador é aparteado, com uma tomada de turno sem pedido de autorização:

ORADOR B – Quero parabenizar V.Exa. por essa abordagem e faço minhas as suas palavras no sentido de elogiar o Governo do Presidente Lula por essas iniciativas na área de educação.

ORADOR A – Obrigado, Deputado.

No exemplo abaixo, há outro movimento, no qual o Orador B pede a autorização do Orador A para apartear-lo e a recebe:

ORADOR A – Esse 1º de Maio de 2010 foi marcado por conquistas trabalhistas expressivas no Brasil: a estabilidade no emprego, a evolução do emprego e da renda, a evolução do salário mínimo, a queda no desemprego.

ORADOR B – V.Exa. me permite um aparte, nobre Deputado?

ORADOR A – Ouço, com o maior prazer, o ilustre Parlamentar.

ORADOR B – Deputado, quando V.Exa. assomou à tribuna, eu pressentia que seriam desdobradas aquelas grandes conquistas dos trabalhadores brasileiros.

Há uma interação em que temos uma **afirmação**, seguida de um **pedido/demanda**; seguido de uma **anuência**. São movimentos de fala no *setting* da estrutura conversacional do Parlamento. Mesmo que esses movimentos estejam previstos regimentalmente e sejam, de certa forma, ritualizados, eles realizam o gênero primário do diálogo, não sendo, portanto, apenas a representação do diálogo, mas sua instancialização.

3.1 Os Processos Conversacionais na Ordem do Dia

Durante a Ordem do Dia, pela própria natureza de sua prática, vemos uma dinâmica maior de interação entre os participantes/oradores:

O SR PRESIDENTE (ORADOR A) – Como vota o PHS?

ORADOR B – Sr. Presidente, o PHS vota "sim", e solicita a V.Exa. que, com o acordo de todos, coloque "sim" no painel, e quando todos estiverem votando cada partido faria o encaminhamento.

O SR PRESIDENTE (ORADOR A) – Sua solicitação será atendida.

Na ordem do discurso do Parlamento, **não são previstas respostas das galerias**, mas isso não impede que elas aconteçam e tenham **significado para a participação popular na democracia**:

ORADOR A – Não é nenhum benefício, nem favor, o que estamos fazendo aqui. Já aprovamos o que havia sido proposto: o reajuste de 7,7%. E agora, com certeza, o PSC, sabendo de toda a sua responsabilidade, apoia integralmente a emenda, que, inclusive, subscreveu, e vota "sim" pelo fim do fator previdenciário.

GALERIAS - (Palmas.)

Essas manifestações não verbais podem indicar aquiescência com as afirmações enunciadas. Às vezes o Deputado faz o seu agradecimento ao final do discurso, como de praxe, e o Presidente o responde, **mesmo que não seja preciso ou mesmo esperado:**

ORADOR A – Agradeço a todos a oportunidade. Sinto-me muito feliz. No entanto, amanhã continuaremos aqui, porque as emendas que foram apresentadas ainda podem destruir o Ficha Limpa. Portanto, é uma comemoração parcial. Amanhã poderemos, no final do dia, tratar do que, de fato, virou projeto.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ORADOR B) – Muito bem, Deputado.

Na Ordem do Dia, também podem ocorrer discussões (acaloradas ou não) com mais de dois participantes. Nesse caso, **as tomadas de turno são feitas sem pedido e sem aquiescência**, porque a discussão exige rapidez:

ORADOR A – Por isso, eu reforço a sugestão apresentada na questão de ordem do Deputado Eduardo Cunha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ORADOR B) – E já respondido a V.Exa. anteriormente.

ORADOR C – Destaque não é subscrição de emenda, Sr. Presidente. Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (ORADOR B) – A emenda aglutinativa não pode ser a mesma, no seu todo, com a retirada de emenda. O que pode é ser apresentada uma nova emenda aglutinativa, integrando outras emendas. A que sobrou, portanto, pode se aglutinar a outra emenda aglutinativa. Aquela está prejudicada.

ORADOR C – Muito bem, Sr. Presidente. Parabéns!

Às vezes um dos oradores não entende o que foi dito e precisa que o outro (que pode ser o Presidente) repita a informação, provando que as **respostas podem ser congruentes ou não:**

O SR. PRESIDENTE (ORADOR A) – V.Exa. está propondo um quórum amanhã de manhã, é isso?

ORADOR B – Como, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (ORADOR A) – V.Exa. está propondo um quórum amanhã de manhã?

ORADOR B – Exatamente, Sr. Presidente, em função do avançado da hora.

Em alguns momentos, é necessário que o Presidente dos trabalhos instrua o Plenário. No exemplo a seguir, o Presidente pede ao Deputado que conclua seu discurso, mas seu **comando é rejeitado:**

ORADOR A – Vou concluir: essa emenda do Deputado Eduardo Cunha não tinha nenhum senão.

O SR. PRESIDENTE (ORADOR B) – Conclua, Deputado.

ORADOR A – Vou concluir.

PLENÁRIO - (Manifestação no plenário: “Acabou!”)

ORADOR A – Não acabou, não. Eu vou falar três vezes.

O SR. PRESIDENTE (ORADOR B) – Deputado, conclua, por favor.

ORADOR A – Calma!

Normalmente, após um comando, espera-se que o nosso interlocutor obedeça e faça o que pedimos. Essa obediência pode ser verbal ou não. Um exemplo não verbal pode ocorrer durante o processo de votação, quando o Presidente dá um comando, e mesmo a contextualização da ação esperada (permanecer como se acham ou levantar a mão) não é registrada, constando “(Pausa.)” e a expressão do Presidente “APROVADO” nas notas taquigráficas, para denotar que o comando foi obedecido.

O SR. PRESIDENTE (ORADOR A) – As Sras. e os Srs. Parlamentares que são favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. (Pausa.) APROVADO.”

O sistema de troca, de acordo com a Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday, é o sistema da linguagem vinculado à metafunção interpessoal e é realizado explicitamente nos diálogos e nos debates, embora saibamos que toda manifestação comunicacional humana, mesmo em textos escritos, contém em si o sistema de troca, porque pressupõe um leitor (HALLIDAY, 2004). Quando fazemos uma afirmação (**proposição**), ela pode ser rejeitada ou não: assim estamos negociando as informações contidas na proposição. Quando solicitamos algo a alguém, por meio de uma **proposta**, nosso interactante pode realizar o serviço ou não – neste caso, estamos negociando bens e serviços. A resposta a uma proposta pode ser verbal ou não. Dessa forma, o Presidente da sessão pode, por exemplo, solicitar que todos “tomem os seus lugares, para darmos início ao processo de votação nominal” e esse pedido é atendido sem nenhuma resposta verbal. O Presidente também pode solicitar que as comissões encerrem seus trabalhos para iniciar a Ordem do Dia e, novamente, esse comando é atendido sem a necessidade de uma resposta verbal. Martin e Rose propõem os seguintes pares adjacentes: toda afirmação (proposição) pressupõe um reconhecimento; todo pedido de informação pressupõe uma resposta. No caso das **proposições**, ou seja, da **demanda de bens e serviços**, nós utilizamos um **comando** e esperamos uma **anuência**, que pode ser negada.

Ao Presidente cabe regimentalmente controlar o tempo de fala dos oradores. O Presidente normalmente pede (**comando**) que o orador interrompa o discurso, caso o tempo de fala do orador esteja esgotado. O orador pode ou não atender ao pedido – normalmente não o faz e solicita prorrogação do tempo. Caso haja uma insistência do orador, o Presidente pode desligar o microfone — trata-se de uma resposta (em forma de ato não verbal) a uma **recusa de anuência** por parte do orador.

No quadro a seguir, as funções de fala básicas estão exemplificadas:

Quadro 2 – Exemplos de funções de fala no debate parlamentar.

<p>1) Dando informação</p>	<p>afirmação O PROUNI é importante para a melhoria da qualidade de ensino das universidades privada. reconhecimento Quero parabenizar V.Exa. por essa abordagem e faço minhas as suas palavras.</p>
<p>2) Demandando informação e metáfora de modo</p>	<p>pergunta Como vota o PHS?</p> <p>resposta Sr. Presidente, o PHS vota “sim”.</p>
<p>3) Dando bens e serviços</p>	<p>oferta V.Exa. me permite um aparte, nobre Deputado?</p> <p>aceitação Ouçó, com o maior prazer, o ilustre Parlamentar.</p>
<p>4) Demandando bens e serviços</p>	<p>comando Conclua, Deputado.</p> <p>anuência Vou concluir.</p>

Fonte: Adaptado de MARTIN e ROSE, p. 224.

Podemos observar que, no exemplo 2 (“Como vota o PHS?”), do Quadro 1, existe o que Halliday chama de metáfora interpessoal de modo, quando formas não congruentes são utilizadas para a realização de uma ordem, por exemplo. Nesse exemplo citado, em forma de pergunta, o Presidente da sessão plenária, na verdade, está ordenando (**comando**) que o partido referido expresse o seu voto. Trata-se de um comando não explícito, realizado linguisticamente como uma pergunta. A demanda de informação que não se constitui em uma metáfora é mais frequente quando parte de um Parlamentar em direção ao Presidente da sessão, pois é este que detém o poder do conhecimento em relação às informações sobre a sessão e seu andamento.

Segundo Martin e Rose, as funções de fala são realizadas pelos atos de fala já apresentados (afirmação e reconhecimento, pergunta e resposta, oferta e aceitação, comando e anuência) e também por: **movimentos de saudação** e resposta à saudação; **movimentos de chamada** e resposta à chamada; **explosões de avaliatividade**, que não comportam respostas, ou seja, não são negociáveis; **vocativo**, que só é considerado movimento de fala quando funciona explicitamente como chamamento; e ainda **pedidos de confirmação**, normalmente realizados ao final de uma afirmação – um pedido de confirmação do que já se sabe e não de um pedido de informação (MARTIN e ROSE, 2011). A seguir, temos um quadro com exemplos extraídos dos debates parlamentares na Câmara dos Deputados.

Quadro 2 – Outros atos de fala com exemplos de manifestações parlamentares.

1- **Movimentos de saudação e resposta à saudação:**

A SRA. PRESIDENTA (ORADORA A) – Bom dia a todos e todas.
Com a palavra a Sra. ORADORA B.

ORADORA B – Bom dia, Sra. Presidenta.

2- **Movimentos de chamada e resposta à chamada:**

ORADOR A – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (ORADOR B) – Sim, Deputado.

ORADOR A – Peço a palavra para uma questão de ordem.

3- **Explosões de avaliatividade:**

ORADOR A – Como eu disse no início, no mínimo, o povo brasileiro tem direito de votar nos seus representantes que tenham ficha limpa.
Parabéns a V.Exa.!
Parabéns ao povo brasileiro!
Parabéns à Câmara dos Deputados, que vota o Projeto Ficha Limpa!

4- **Vocativos:**

ORADOR A – Sr. Presidente...
O SR. PRESIDENTE (ORADOR B) – Sim, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (ORADOR A) – Deputado, V.Exa. está propondo um quórum amanhã de manhã? (Aqui apenas indica o receptor da mensagem e não tem função explícita de chamamento)

ORADOR B - Exatamente, Sr. Presidente. (Afirmação)

5 – **Pedido de confirmação do que já se sabe**

ORADOR A – V.Exa. está propondo um quórum amanhã de manhã, não está?

Fonte: Autoras, com base em discursos disponíveis no Sistema de Taquigrafia (SITAQ).

3.2 Metáforas Interpessoais de Modo

Estruturas gramaticais diferentes podem ser usadas para realizar a mesma função de fala. Podemos realizar um ato de fala por meio de uma forma não muito usual, ou seja, por meio de uma forma não congruente. Um comando, por exemplo, pode ser realizado gramaticalmente de três formas:

Comando realizado por modo **imperativo**:

– **Conclua**, Deputado.

Comando realizado por modo **declarativo**:

– Por favor, Deputado. **Eu preciso** encerrar a votação.

Comando realizado por modo **interrogativo**:

– **V.Exa. poderia** concluir?

Como o comando é o ato de fala que atinge mais plenamente a sensibilidade do nosso interlocutor, exatamente esse ato de fala vai exibir maiores realizações não congruentes, ou seja, o maior número de metáforas gramaticais, que, de certa forma, suavizam o rigor do comando.

Martin e Rose definem essa possibilidade muito bem:

O efeito da realização de um comando por um imperativo é bem diferente do efeito da realização por um modo alternativo. Os “atos de fala indiretos” combinam o significado semântico discursivo do comando com o significado gramatical do declarativo (“dar informação”) ou interrogativo (“demandando informação”). Um comando posiciona o destinatário como aquele que deve executar um serviço, mas o modo interrogativo posiciona o destinatário como aquele que sabe a resposta, a autoridade na situação.. Entretanto, um interrogativo ainda é uma demanda, ainda que por informação; então, uma forma ainda mais indireta de realizar um comando é por meio do modo declarativo, que não é uma demanda, e ainda parece dar informação” (MARTIN e ROSE, 2011, p. 227).

Ora, de acordo com Martin e Rose, o modo declarativo é a forma menos usual de se realizar um comando, porque não contém uma demanda. Podemos ver, no exemplo de comando realizado no modo declarativo (“Por favor, Deputado. Preciso encerrar a votação”), que o Presidente não deseja pedir diretamente ao Deputado ou ordenar que este conclua. Essa é uma das características – expressadas linguisticamente – das negociações nos debates parlamentares.

Vejamos agora, no Quadro 3, os exemplos mais detalhadamente:

Quadro 3 – Função de fala e modo gramatical.

	Função de fala	Modo gramatical
Conclua, Deputado.	comando	imperativo
V.Exa. poderia concluir?	comando	interrogativo
Eu preciso encerrar a votação.	comando	declarativo

Fonte: Adaptado de Martin e Rose, p. 227

No primeiro exemplo (“Conclua, Deputado”), fica clara a autoridade (e o *status*) do Presidente. No segundo (“V.Exa. poderia concluir?”), a intenção não é apenas ser cortês, mas passar a autoridade para aquele que tem a resposta, **dissimulando a diferença social** sugerida pelo comando no modo imperativo — isso é negociação. Já no terceiro exemplo (“Eu preciso encerrar a votação”), o Presidente parece dar uma informação, mas, na verdade, está demandando um serviço (a conclusão do discurso pelo orador) de forma indireta. O Presidente aqui está mais disposto ainda a dissimular o poder de sua autoridade, por meio de um comando realizado com uma afirmação.

Essa análise é importante porque a construção da persuasão nos discursos parlamentares dá-se na argumentação, e muitas vezes uma realização gramatical alternativa pode ser mais efetiva. Em cada caso examinado acima, o resultado é o mesmo: o Presidente fez uma pergunta e recebeu a informação que desejava. Mas cada interação foi diferente, já que o *status* de cada uma das partes (Presidente e Parlamentar) variou conforme a construção da oração mudava.

4 Considerações Finais

Pelo que estudamos nas manifestações parlamentares neste artigo, podemos perceber que, mesmo em situações discursivas bastante ritualizadas em sessões plenárias, temos negociações que podem se tornar complexas, a ponto de demandarem mais tempo para serem concluídas. A prática social do Parlamento, especialmente a manifestação discursiva, embora bastante restringida pelas normas regimentais, ainda dá margem a situações inesperadas, que mostram o caráter mais pessoal das situações conversacionais no plenário entre Parlamentares e entre Parlamentares e o Presidente da sessão. A forma ritual de se fazer específica intervenção parlamentar às vezes esbarra na personalidade de cada Deputado. Por exemplo, embora tenhamos uma estrutura formal interrogativa – “V.Exa. me concede um aparte?” – para que um Deputado encaixe sua voz no discurso do outro, alguns Parlamentares muitas vezes realizam essa intervenção sem a formalização do pedido, o que não implica necessariamente a

discordância do orador em ceder o aparte. Na mesma direção, nem sempre a resposta formal ao pedido do aparte é enunciada pelo orador (‘Ouço com prazer o aparte do nobre Deputado...’).

O Presidente da sessão, embora detenha regimentalmente e segundo as normas sociais e políticas o poder de concessão da palavra, muitas vezes é instado a prolongar um tempo de fala que, pelas regras, já estava esgotado. Portanto, há uma negociação no momento dos atos de fala dos Parlamentares — conforme o esperado, uma vez que a Câmara é a Casa dos debates e seguir normas muito rígidas para manifestação da palavra nem sempre é possível.

É relevante atentarmos para as metáforas interpessoais de modo, realizadas especialmente nos comandos do Presidente da sessão. A forma mais frequente de o Presidente **realizar o comando** “vote” é por meio de uma **pergunta**: “como vota o partido tal?”. Esse tipo de **forma não convergente** reitera o caráter mais ainda ‘negociativo’ das manifestações parlamentares. A negociação no diálogo é inerente às sociedades humanas, mas ela se manifesta de forma bastante expressiva nos debates parlamentares. É plausível afirmarmos que o gênero **deliberação** é caracterizado sobretudo e quase exclusivamente por atos de fala e, portanto, o significado acional do discurso comparece como o mais visível nos debates parlamentares.

Há muito ainda a ser estudado nos atos de fala das sessões parlamentares. Sabemos que os atos de fala em si constituem o coração de qualquer prática social e são ordenados e estruturados de acordo com o seu posicionamento no campo da prática que necessariamente habitam e constituem. Acreditamos haver muito campo para se analisar o uso da linguagem e os movimentos discursivos nos parlamentos em geral, fugindo um pouco dos tradicionais estudos em ciência política que caracterizam a maioria das pesquisas sobre a dinâmica parlamentar. Acreditamos que o Parlamento precisa desse tipo de pesquisa, porque toda prática social tem uma ordem discursiva e, para entendermos melhor qualquer prática social, carecemos de estudos de um dos seus constituintes básicos: a linguagem/discurso. Segundo Fairclough, as práticas sociais fazem a intermediação entre as instituições (mais estáveis) e os eventos, que são bastante mutáveis (FAIRCLOUGH, 2003). E essas práticas têm como interface justamente os gêneros, que são formas potenciais mais ou menos estáveis de realização da linguagem, estabelecidas ao longo da história da sociedade. Assim, se quisermos chegar mais perto da compreensão acerca das práticas relativas ao campo político, especificamente o plenário, é relevante estudarmos todas as suas formas de manifestações discursivas, ritualizadas ou não.

Referências

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro-Tecnoprint, 1979.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Editora da UNESP e Hucitec, 1988.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. Brasil. Câmara dos Deputados. Banco de Discursos do DETAQ.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003

HALLIDAY, M.A.K; MATHIESSEN, M.A.M. **An introduction to functional grammar**. London: Hodder, 1994.

MARTIN, J.R. e ROSE, D. **Working with discourse**: Meaning Beyond the Clause. London: Continuum, 2011.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

Artigo recebido em: 07/06/2013

Artigo aceito para publicação em: 02/07/2013